



Derrubada dos vetos do PL da devastação prejudica a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil

A bancada da sociedade civil da Comissão Nacional dos ODS do Brasil, órgão vinculado a Secretaria Geral da Presidência da República, vem a público manifestar seu mais veemente repúdio a maioria do Congresso Nacional que derrubou os vetos do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva ao chamado PL da Devastação

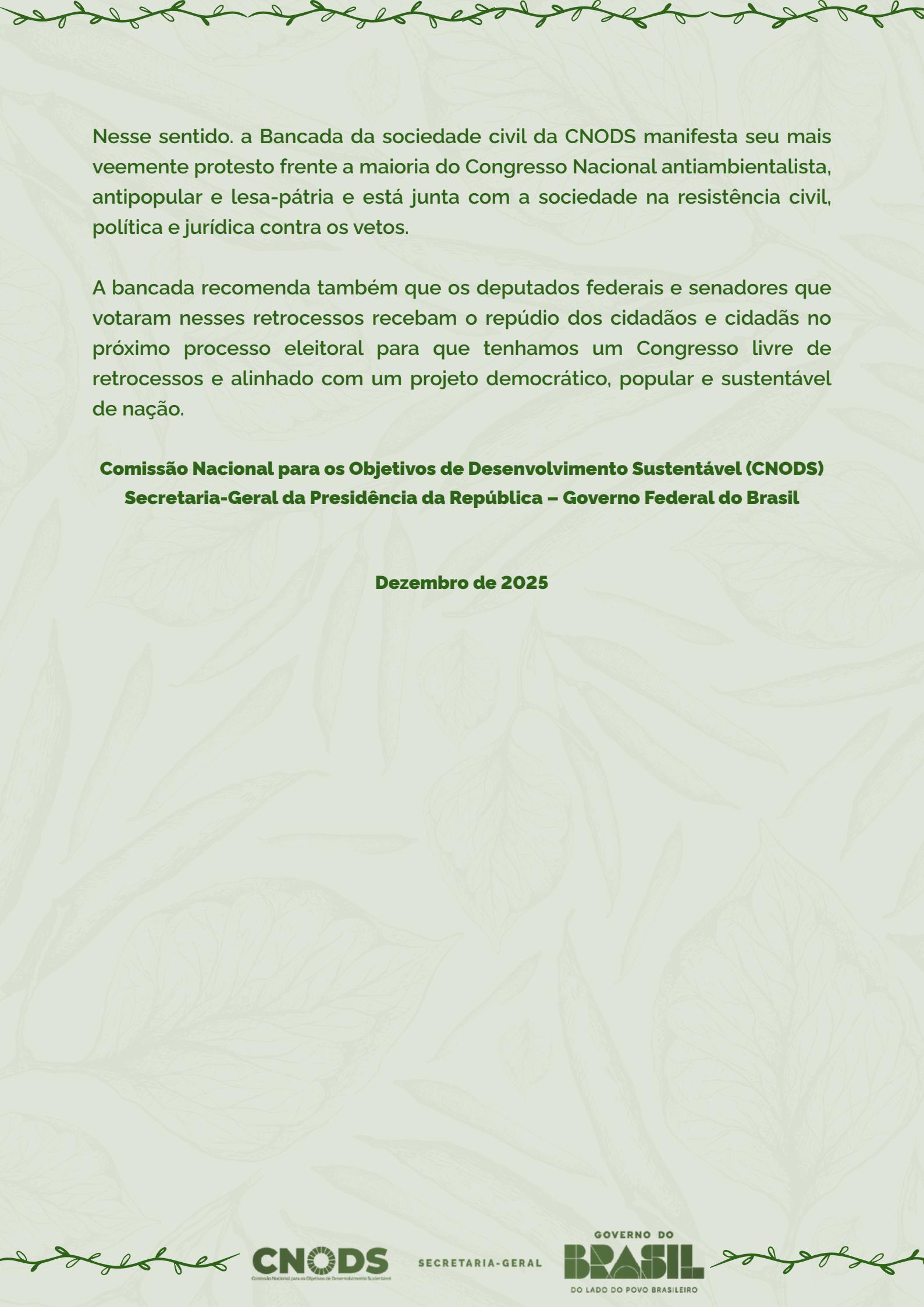
A derrubada dos vetos tem implicações diretas em desmontar o sistema nacional de meio ambiente, incluindo o licenciamento ambiental, abrindo espaço para que desmatadores, grileiros, mineradoras, garimpeiros, empresas sujas que vivem ao arrepio da lei, promovam ações que prejudicam o tão almejado desenvolvimento sustentável do país e as políticas públicas de proteção ao meio ambiente e de enfrentamento do aquecimento global, atingindo diretamente as populações mais vulneráveis e a maioria da sociedade que vive e mora no campo e na cidade.

O esforço conjunto dessa Comissão Nacional dos ODS de implementar uma agenda de sustentabilidade até 2030, a partir da retomada da CNODS pelo atual Governo Federal, pode ser comprometida com ações deletérias promovidas a partir dessa nova “boiada” que pretende passar por todos os biomas brasileiros.

A decisão dessa atitude da maioria do Congresso Nacional repercute negativamente em escala global, principalmente pelos compromissos que o Brasil fez na COP30 de construir um mapa do caminho para proteger as florestas e reduzir combustíveis fósseis, como também pelo esforço de implementação da Agenda 2030.

Os vetos atingem em cheio os 18 ODS, porque o PL da Devastação assegura a manutenção de um modelo de desenvolvimento que a ciência classifica com insustentável e que tem apresentado enormes prejuízos ao Brasil e ao mundo, penalizando de maneira perversa e desproporcional as camadas mais vulneráveis da população.





Nesse sentido, a Bancada da sociedade civil da CNODS manifesta seu mais veemente protesto frente a maioria do Congresso Nacional antiambientalista, antipopular e lesa-pátria e está junta com a sociedade na resistência civil, política e jurídica contra os vetos.

A bancada recomenda também que os deputados federais e senadores que votaram nesses retrocessos recebam o repúdio dos cidadãos e cidadãs no próximo processo eleitoral para que tenhamos um Congresso livre de retrocessos e alinhado com um projeto democrático, popular e sustentável de nação.

Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS)
Secretaria-Geral da Presidência da República – Governo Federal do Brasil

Dezembro de 2025